

RETA FINAL PC/MA

Delegado de Polícia Civil do Estado do Maranhão

GRUPO EDUCACIONAL RDP
RUMO POLICIAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO SIMULADO 01 – 2026.2

CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 questões** objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- Você dispõe de **duas horas e meia** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- A partir de **30 minutos** antes do término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização.
- Usar o sanitário após a entrega da prova e a saída da sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira se o cargo indicado neste caderno corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso contrário, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- **Boa prova!**

SIMULADO NO ESTILO CEBRASPE!

FOLHA DE RESPOSTAS

Marque, para cada questão, apenas uma alternativa.

Nº	A	B	C	D	E
1	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
2	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
3	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
4	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
5	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
6	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
7	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
8	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
9	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
10	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
11	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
12	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
13	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
14	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
15	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
16	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
17	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
18	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
19	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
20	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
21	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
22	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
23	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
24	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
25	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E

Nº	A	B	C	D	E
26	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
27	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
28	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
29	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
30	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
31	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
32	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
33	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
34	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
35	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
36	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
37	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
38	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
39	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
40	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
41	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
42	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
43	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
44	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
45	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
46	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
47	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
48	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
49	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E
50	☐ A	☐ B	☐ C	☐ D	☐ E

DIREITO DIGITAL

QUESTÃO 1

Duas adolescentes residentes em Imperatriz/MA passaram a ser alvo de centenas de publicações, feitas por perfis diversos em uma rede social, com conteúdo de conotação sexual e marcadas com as mesmas hashtags. Representadas ou assistidas pela mãe, conforme a idade de cada uma, ajuizaram ação de obrigação de fazer contra o provedor, indicando na petição inicial as URLs vinculadas às hashtags, e não o endereço de cada publicação. O provedor alegou que a indicação era genérica, que somente pode agir mediante ordem judicial específica e que, por força do art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), não poderia ser condenado a pagar honorários de sucumbência.

Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade dos provedores de aplicação, assinale a opção correta.

- A O provedor de aplicação não pode remover conteúdo por iniciativa própria, ainda que haja violação dos seus termos de serviço, pois a exclusão depende sempre de prévia ordem judicial específica.
- B A indicação das URLs vinculadas às hashtags é meio idôneo para que o provedor identifique o conjunto de conteúdos ilícitos replicados em massa, em atenção à proteção integral das adolescentes.
- C O art. 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) afasta a regra geral da sucumbência nas demandas contra provedores cujo processamento dependa de ordem judicial de remoção.
- D O provedor de pesquisa pode ser obrigado a excluir a matéria jornalística desabonadora sempre que o nome do interessado for o termo de busca, independentemente da existência de interesse público.
- E O provedor que hospeda reclamações de consumidores responde automaticamente pelo teor das reclamações negativas publicadas, dado o risco da atividade que explora com fins econômicos.

QUESTÃO 2

Em inquérito policial instaurado em São Luís/MA para apurar extorsão praticada por meio de um aplicativo de mensagens, a delegada de polícia identificou que o autor utilizava perfil falso em aplicativo mantido por uma sociedade empresária que o explora com fins econômicos. Temendo o descarte dos dados, ela pretende adotar providências imediatas em relação aos registros de acesso à aplicação e aos dados cadastrais do usuário, antes de obter decisão judicial sobre o conteúdo das comunicações.

Com base na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), assinale a opção correta a respeito das providências que podem ser adotadas pela autoridade policial.

- A A delegada pode requerer cautelarmente ao provedor a guarda dos registros de acesso por prazo superior a seis meses, devendo pedir a autorização judicial de acesso em sessenta dias.
- B A delegada pode requisitar diretamente ao provedor a entrega dos registros de acesso à aplicação, pois a exigência de ordem judicial alcança apenas o conteúdo das comunicações privadas.
- C Os dados cadastrais que informam qualificação pessoal, filiação e endereço do usuário só podem ser obtidos pela delegada mediante ordem judicial, como os registros de conexão.

- D Cabe ao provedor de conexão guardar os registros de acesso a aplicações de internet pelo prazo de um ano, podendo a delegada requisitá-los por ofício ao administrador do sistema.
- E O requerimento judicial de fornecimento dos registros pode ser genérico quanto ao período, bastando que demonstre a utilidade dos dados para a investigação em curso.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

Após a morte de Raimundo, proprietário de uma casa em Caxias/MA, o imóvel permaneceu no acervo hereditário ainda não partilhado. Seu filho Pedro passou a residir no bem, a pagar os tributos e a zelar pela conservação, com a concordância dos irmãos, que lhe confiaram a administração da casa enquanto não fosse feito o inventário. Dezesesseis anos depois, Pedro ajuizou ação de usucapião extraordinária, alegando posse mansa, pacífica e ininterrupta por mais de quinze anos. Os irmãos contestaram o pedido.

Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre usucapião, assinale a opção correta.

- A A ocupação prolongada de imóvel situado em área de preservação permanente autoriza a usucapião extraordinária, desde que exercida com animus domini pelo prazo legal.
- B O recibo de compra e venda não basta para configurar o justo título da usucapião ordinária, que exige escritura pública, ainda que não levada a registro.
- C A usucapião familiar pode incidir sobre fração de até 250 m² de imóvel urbano maior, desde que o possuidor delimite a área ocupada para a sua moradia.
- D A ocupação por Pedro do imóvel do ascendente, integrante de acervo hereditário indiviso, em contexto de administração familiar, não revela posse com animus domini.
- E A usucapião familiar exige posse direta e exclusiva pelo prazo de cinco anos sobre imóvel dividido com o ex-cônjuge ou o ex-companheiro que abandonou o lar.

QUESTÃO 4

A sociedade empresária Atlas Grãos Ltda., com sede em Balsas/MA, foi condenada a pagar R\$ 900 mil à Delta Transportes Ltda. por descumprimento de contrato de frete. Na fase de cumprimento de sentença, não foram encontrados bens penhoráveis, e o oficial de justiça certificou que a devedora havia encerrado suas atividades sem baixa na junta comercial. A credora pediu, então, a desconsideração da personalidade jurídica para atingir os bens dos sócios, alegando apenas esses dois fatos e o de a Atlas integrar grupo econômico com outras sociedades dos mesmos sócios.

Considerando essa situação hipotética, o Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- A O pedido deve ser rejeitado, pois nas relações civis e empresariais a desconsideração exige prova de abuso, não bastando a falta de bens e o encerramento irregular.
- B O pedido deve ser acolhido, pois a inexistência de bens penhoráveis somada ao encerramento irregular das atividades faz presumir a confusão patrimonial entre sociedade e sócios.
- C O pedido deve ser acolhido, pois a existência de grupo econômico basta para a desconsideração, que alcança os bens de todos os sócios, beneficiados ou não pelo abuso.

- D** A mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica da pessoa jurídica configura desvio de finalidade apto a justificar a desconsideração.
- E** O Código Civil disciplina só a extensão das obrigações da sociedade aos sócios, e a desconsideração inversa depende de previsão contratual expressa entre as partes.

QUESTÃO 5

Em 2020, Luísa emprestou R\$ 50 mil a Carlos por contrato escrito, com vencimento em 2021. Carlos não pagou. Em 2022, ele enviou a Luísa mensagem eletrônica em que reconhecia a dívida e pedia mais prazo. Em 2023, Luísa promoveu protesto judicial para interromper a prescrição, e, em 2026, ajuizou ação de cobrança. Na contestação, Carlos alegou que o protesto de 2023 não teve efeito interruptivo e que, por isso, a pretensão estaria prescrita, invocando ainda cláusula contratual que reduzia o prazo prescricional para dois anos.

Considerando essa situação hipotética e o que dispõe o Código Civil sobre prescrição e decadência, assinale a opção correta.

- A** A mensagem de 2022 interrompeu a prescrição, e o protesto de 2023 não gerou nova interrupção, pois a interrupção da prescrição só pode ocorrer uma vez.
- B** A cláusula que reduziu o prazo prescricional para dois anos é válida, pois as partes capazes podem alterar os prazos de prescrição em contratos paritários.
- C** A renúncia à prescrição pode ser feita antes de consumado o prazo, desde que expressa, e produz efeitos mesmo que prejudique terceiros credores.
- D** O juiz não pode conhecer de ofício a decadência estabelecida em lei, cabendo à parte a quem aproveita alegá-la até a sentença de primeiro grau.
- E** Aplicam-se à decadência, como regra, as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição de lei em sentido contrário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 6

A Associação Nacional de Defesa da Cidadania, entidade de âmbito nacional cujo estatuto prevê a defesa genérica de “direitos e interesses da sociedade”, sem delimitação de categoria, impetrou mandado de segurança coletivo contra ato do Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão, sem indicar nenhum associado atingido pelo ato. No mesmo mês, outra associação, constituída há mais de um ano e com finalidade de defesa do consumidor, ajuizou ação civil pública em São Luís/MA contra uma distribuidora de energia, e um cidadão, eleitor em Paço do Lumiar/MA, ajuizou ação popular contra o ex-prefeito e o Município.

Considerando essa situação hipotética e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre as ações coletivas e os remédios constitucionais, assinale a opção correta.

- A** Na ação civil pública ajuizada pela associação, a ré vencida não pode ser condenada em honorários advocatícios, em razão da simetria com a isenção prevista no art. 18 da Lei de Ação Civil Pública.
- B** A União, quando vencida em ação civil pública, deve ser condenada ao pagamento de honorários de sucumbência, independentemente de má-fé, porque a isenção legal favorece apenas o autor.
- C** A associação de cidadania não tem legitimidade para o mandado de segurança coletivo, pois é entidade genérica, sem delimitação de categoria e sem demonstrar associados atingidos pelo ato.

- D** Na ação popular, é possível condenar o réu ao ressarcimento ao erário com base em dano presumido, dispensada a prova do prejuízo financeiro e do nexo causal apontados na petição inicial.
- E** O ajuizamento em massa, pelo município, de ações civis públicas individuais para demolir casas de moradores de baixa renda em loteamentos irregulares revela interesse coletivo legítimo.

QUESTÃO 7

Paula, moradora de Timon/MA, ajuizou pedido de tutela cautelar em caráter antecedente para obter o arresto de um caminhão de seu devedor, que estaria dilapidando o patrimônio. O juiz deferiu a medida liminarmente, e o arresto foi efetivado. Paula, porém, não formulou o pedido principal no prazo legal. Em outra ação, ajuizada por Marta contra a mesma pessoa, o juiz concedeu tutela antecipada em caráter antecedente, e o réu, citado, não interpôs recurso contra a decisão.

Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a tutela provisória, assinale a opção correta.

- A** A tutela cautelar deferida a Paula mantém sua eficácia até a sentença, pois o prazo de trinta dias para a formulação do pedido principal é impróprio e não gera efeito preclusivo.
- B** Cessada a eficácia do arresto, Paula pode renovar o mesmo pedido cautelar com base no mesmo fundamento, desde que recolha novamente as custas processuais do procedimento.
- C** A decisão que concedeu a tutela antecipada a Marta, estabilizada pela ausência de recurso, faz coisa julgada material, que só pode ser desconstituída por ação rescisória.
- D** A estabilidade da tutela concedida a Marta pode ser afastada por ação de qualquer das partes para rever, reformar ou invalidar a decisão, em dois anos da ciência da extinção.
- E** A tutela da evidência pressupõe a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, somada à probabilidade do direito comprovada documentalmente.

DIREITO AGRÁRIO

QUESTÃO 8

Joaquim, que não é proprietário de imóvel rural nem urbano, ocupa há seis anos, sem interrupção e sem oposição, uma área rural de 40 hectares no município de Balsas/MA, onde mora com a família e cultiva arroz e mandioca com o trabalho dos familiares. A área pertence a particular que nunca a explorou. Joaquim não possui título algum e sabe que a terra não é sua. Ele procurou a Defensoria Pública para saber se pode adquirir a propriedade por usucapião especial rural.

Considerando essa situação hipotética, o art. 191 da Constituição Federal e a Lei nº 6.969/1981, assinale a opção correta.

- A** Joaquim não pode adquirir a área, pois a usucapião especial rural tem como limite máximo 25 hectares, não importando a extensão do módulo rural aplicável na região.
- B** Joaquim não pode adquirir a área, pois a usucapião especial rural exige justo título e boa-fé, requisitos ausentes, já que ele sabe que a terra não lhe pertence.
- C** Joaquim somente poderá adquirir a área após dez anos de posse, prazo exigido para a usucapião de imóvel rural sem justo título, ainda que haja moradia e produção.
- D** Joaquim poderia adquirir a área mesmo que ela fosse terra devoluta, pois a usucapião especial rural alcança também imóveis públicos quando tornados produtivos.